

Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal



Fase 3A | Versão Final do Plano

**Volume V – Resumo Não Técnico da
Avaliação Ambiental Estratégica**

ÍNDICE DE VOLUMES

Volume I – Relatório

Volume II – Regulamento

Volume III – Programa de Execução

Volume IV – Relatório Ambiental Preliminar

Volume V – Resumo Não Técnico da Avaliação Ambiental Estratégica

Volume VI – Memória Descritiva de Delimitação da Reserva Agrícola Nacional

Volume VII - Memória Descritiva de Delimitação da Reserva Ecológica Nacional

ÍNDICE DE PLANTAS

Planta 01 – Planta de Enquadramento

Planta 02 – Planta da Situação Existente

Planta 03 – Planta de Ordenamento do concelho

Planta 04 – Planta de Ordenamento do perímetro urbano de Alandroal

Planta 05 – Planta de Ordenamento do perímetro urbano de Terena

Planta 06 – Planta de Ordenamento do perímetro urbano de Santiago Maior

Planta 07 – Planta de Ordenamento do perímetro urbano de Aldeia de Ferreira

Planta 08 – Planta de Ordenamento do perímetro urbano de Cabeça de Carneiro

Planta 09 – Planta de Ordenamento do perímetro urbano de Hortinhas

Planta 10 – Planta de Ordenamento do perímetro urbano de Juromenha

Planta 11 – Planta de Ordenamento do perímetro urbano de Marmelos

Planta 12 – Planta de Ordenamento do perímetro urbano de Mina do Bugalho

Planta 13 – Planta de Ordenamento do perímetro urbano de Monte Juntos

Planta 14 – Planta de Ordenamento do perímetro urbano de Orvalhos

Planta 15 – Planta de Ordenamento do perímetro urbano de Rosário

Planta 16 – Planta de Estrutura Ecológica Municipal

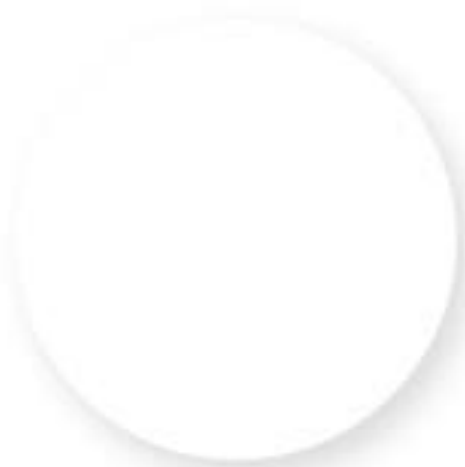
Planta 17 – Planta de Condicionantes

Planta 18 – Planta de Condicionantes - Proposta de Reserva Agrícola Nacional

Planta 19 – Planta de Condicionantes - Proposta de Reserva Ecológica Nacional

Planta 20 – Planta de Zonamento Acústico

Planta 21 – Planta de Riscos Naturais e Tecnológicos



ÍNDICE

1. COMO SE ORGANIZA O RESUMO NÃO TÉCNICO?.....	7
2. QUAL É O OBJETO DE AVALIAÇÃO?.....	9
3. COMO SE PROCESSA A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?	11
4. QUAL A SITUAÇÃO ATUAL E A EVOLUÇÃO PREVISTA NA AUSÊNCIA DO PLANO?.....	13
5. QUAIS OS EFEITOS DO PLANO E RECOMENDAÇÕES?.....	15
6. COMO É MONITORIZADA A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?	17
7. QUAIS AS CONCLUSÕES FINAIS?	19

QUADROS

Quadro 6.1 Medidas de controlo relativas à Avaliação Ambiental Estratégica	17
--	----

INFORMAÇÃO SOBRE O DOCUMENTO E AUTORES

Cliente	Câmara Municipal de Alandroal
Referência do Projeto	E17133
Descrição do Documento	Resumo Não Técnico
Fase	3A – Versão final do Plano
Versão	2
Referência do Ficheiro	E17133_PDM_F3A_RE_V_RNT.docx
N.º de Páginas	19
Autores	Equipa do Plano
Outras Contribuições	
Diretor de Projeto	Romana Rocha
Data	24 fevereiro 2015

HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES

Versão	Fase	Data	Descrição
1	3	20 fevereiro 2015	Versão Final do Plano para Discussão Pública
2	3A	24 abril 2015	Versão Final do Plano para Discussão Pública, incluindo as alterações indicadas no Parecer Final da Comissão de Acompanhamento



1. COMO SE ORGANIZA O RESUMO NÃO TÉCNICO?

No presente Resumo Não Técnico pretende-se apresentar sinteticamente o processo de Avaliação Ambiental Estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal.

A legislação em vigor determina que os Planos Diretores Municipais sejam acompanhados por um Relatório Ambiental que identifica, descreve e avalia os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano e as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos.

O presente documento organiza-se da seguinte forma:

- No capítulo 2, é apresentado o objeto de avaliação, ou seja a Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal.
- No capítulo 3, é apresentada a forma como se processa a avaliação ambiental estratégica, indicando os temas fundamentais para a decisão ou fatores críticos de decisão.
- No capítulo 4, é sintetizada a primeira etapa da avaliação ambiental considerando os temas fundamentais identificados, e que consiste na caracterização da situação atual e evolução esperada na ausência da Revisão do Plano Diretor Municipal.
- No capítulo 5, procede-se à identificação dos efeitos decorrentes da implementação do plano, e consequentes recomendações, considerando os temas fundamentais identificados.
- No capítulo 6, é apresentada a monitorização da Avaliação Ambiental Estratégica.
- No capítulo 7, são apresentadas as conclusões finais.



2. QUAL É O OBJETO DE AVALIAÇÃO?

O objeto da Avaliação Ambiental Estratégica é a Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal, processo que foi iniciado em 1997, visando responder à obrigatoriedade de Revisão do Plano Diretor Municipal no prazo de 10 anos após a sua entrada em vigor e à necessidade de adequação à evolução, a médio e longo prazo, das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que determinaram a respetiva elaboração. A Revisão do Plano Diretor Municipal visa igualmente responder à necessidade de adaptação ao quadro legal e de resolução de problemas da cartografia e de outras limitações dos planos de 1ª geração.

Na 1.ª Fase da Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal, foi efetuada a caracterização e diagnóstico do concelho, que juntamente com a análise das orientações de outros instrumentos de gestão do território com incidência no território municipal, serviu de base à definição da Estratégia. Esta Estratégia foi sendo adaptada ao longo da elaboração da Revisão do Plano Diretor Municipal, focando-se, por fim, na valorização dos pontos notáveis do concelho, designadamente do Vale Sagrado do Lucefécit e de Juromenha, e afirmação da identidade cultural do concelho, consentânea com o seu crescimento turístico e económico.

Esta Estratégia é acompanhada pela definição de um conjunto de Objetivos Estratégicos e Específicos, como enunciados de seguida:

A – Compatibilização do desenvolvimento das atividades económicas de base local com os valores naturais e culturais

- A1. Articular e potenciar o habitat Montado com as atividades relacionadas com a produção pecuária, preferencialmente ovina – promoção conjunta
- A2. Potenciar o valor cénico e ecológico do Montado e de áreas de vegetação rupícola, em articulação com património arqueológico visitável (como monumentos megalíticos e povoados fortificados)
- A3. Diversificar a base económica e desenvolver o tecido empresarial local
- A4. Desenvolver e afirmar a agricultura de regadio e as agroindústrias

B – Promoção da diversificação da oferta turística – Valorização dos pontos notáveis do concelho, Juromenha e o Vale Sagrado do Lucefécit

- B1 - Promover a valorização e divulgação dos pontos notáveis do concelho, designadamente Juromenha e o Vale Sagrado do Lucefécit
- B2. Desenvolver atividades turísticas e de lazer
- B3. Aumentar a capacidade de alojamento turístico

C – Afirmação de Alandroal como Centro Urbano Complementar e aposta na regeneração urbana

- C1. Regeneração e reabilitação urbana nos aglomerados urbanos por oposição à promoção da expansão urbana
- C2. Controlar a edificação urbana dispersa

D – Aposta na divulgação e afirmação do concelho, contribuindo para a alavancar as atividades económicas desenvolvidas

- D1. Criar novas plataformas/meios de comunicação e promoção
- D2. Associar equipamentos existentes a espaços interpretativos do património cultural e natural
- D3. Desenvolver rotas e percursos temáticos identificados através de sinalética adequada
- D4. Estabelecer as condições adequadas ao desenvolvimento da atividade industrial, nomeadamente a da fileira das Rochas Ornamentais

Com base na Estratégia e na caracterização do município, foi possível definir um Modelo Global de Ordenamento, que foi transposto para a Planta de Ordenamento, e do qual se destacam as seguintes propostas:

- Delimitação da Reserva Ecológica Nacional e da Reserva Agrícola Nacional.
- Delimitação dos perímetros urbanos, que corresponde globalmente a um decréscimo face os perímetros urbanos do Plano Diretor Municipal em vigor, com regulamentação e parâmetros de edificabilidade diferenciados.
- Definição da Estrutura Ecológica Municipal, que articula os valores estruturais e funcionais que garantem a sustentabilidade ecológica do concelho.
- Atualização da Planta de Condicionantes, onde se encontram representadas as servidões e restrições de utilidade pública existentes no território que tenham um carácter restritivo e/ou programático relativamente à ocupação e uso do solo.
- Definição dos espaços afetos predominantemente a cada uso ou função, por exemplo os Espaços Agrícolas de Produção ou os Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal (em solo rural) ou os Espaços de Atividades Económicas (em solo urbano), face a critérios baseados nas aptidões e condicionantes de uso do solo e nos fatores de localização de cada atividade.
- Identificação e regulamentação dos elementos patrimoniais presentes no concelho.
- Proposta de um conjunto de Unidades Operativas de Planeamento e Gestão, que visam programar o planeamento municipal, em solo rural e solo urbano



3. COMO SE PROCESSA A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?

No âmbito da avaliação ambiental estratégica da Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal foram propostos os seguintes Temas Fundamentais para a Decisão ou Fatores Críticos de Decisão:

- **Conservação da Natureza** - Parte da área do concelho de Alandroal está integrada no Sítio de Importância Comunitária Juromenha/Guadiana, que, em grande parte, está atualmente submerso em resultado do enchimento da albufeira de Alqueva, razão pela qual parte dos valores que justificaram a designação estão hoje ausentes. Ainda assim há que realçar a presença de manchas de azinhal e mato com interesse para a conservação, assim como ocorrem espécies, de flora e fauna, com estatuto legal de proteção e/ ou com estatuto de ameaça em Portugal, de modo que, neste contexto, torna-se necessário avaliar os eventuais efeitos da implementação do plano.
- **Reforço Populacional, Estruturação Urbana e Qualidade de Vida** - Face ao contexto de perda demográfica do concelho de Alandroal e de toda a região do Alentejo, a avaliação do plano pressupõe necessariamente a integração do objetivo de Reforço Populacional, sendo conjugado aqui com a melhoria da Qualidade de Vida e a Estruturação Urbana.
- **Atividades Económicas** - A valorização das atividades económicas constitui um elemento essencial da Estratégia definida para o desenvolvimento do concelho que se apoia em sectores económicos emergentes potenciados pela exploração dos recursos naturais e endógenos do concelho – designadamente na agricultura de regadio e agroindústrias e no turismo. No âmbito da avaliação ambiental são avaliados os impactos da implementação do plano sobre estas atividades económicas, assim como da indústria extrativa, da indústria transformadora e de serviços.
- **Património e Paisagem** - O património do concelho de Alandroal é um dos recursos fundamentais para o desenvolvimento e ordenamento do território. No entanto, esta importância estratégica confronta-se com o carácter finito, perecível, facilmente destrutível e não renovável deste recurso, de modo que, neste contexto, pretende-se avaliar o impacto da Revisão do PDM de Alandroal na salvaguarda, valorização e potenciação dos bens materiais e imateriais (memória coletiva) que constituem o manancial cultural do concelho.
- **Riscos Naturais e Tecnológicos** - Com a identificação dos riscos naturais e tecnológicos existentes na área geográfica do plano, pretende-se avaliar a forma como o Plano Diretor Municipal contribui para a redução das vulnerabilidades e para o aumento da capacidade de resposta em caso de acidente, garantindo que o modelo territorial proposto (ou as intervenções futuras de utilização do solo) não compromete a segurança da população, património e ambiente e melhore a situação existente.

Estes Temas Fundamentais para a Decisão (e respetivos objetivos) serão utilizados para balizar a avaliação ambiental, procedendo-se à identificação dos seguintes elementos:

- Caracterização da situação atual e evolução prevista na ausência de Plano e identificação de problemas ambientais. É de notar que os temas fundamentais para a decisão ou Fatores Críticos de Decisão não pretendem descrever de forma exaustiva a situação atual e tendencial, mas sim destacar os aspetos críticos relevantes para o desenvolvimento da Avaliação Ambiental Estratégica, que permitam avaliar a sustentabilidade das propostas da Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal, contribuindo para a tomada de decisão.

- Abordagem dos efeitos decorrentes da implementação do plano, que é efetuada através da análise das oportunidades e dos riscos decorrentes da Revisão do Plano Diretor Municipal, avaliando os potenciais efeitos decorrentes da implementação da estratégia. E proposta de medidas destinadas a prevenir, reduzir e eliminar efeitos adversos no ambiente, ou seja recomendação de um conjunto de medidas para a concretização da Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal que se articulam com as orientações decorrentes da avaliação ambiental estratégica.



4. QUAL A SITUAÇÃO ATUAL E A EVOLUÇÃO PREVISTA NA AUSÊNCIA DO PLANO?

Conservação da Natureza

Mantendo-se as tendências atuais de exploração agrícola e pecuária na área do concelho esperam-se alterações na distribuição a longo prazo das áreas de montado em resultado de uma exploração mais intensiva da pecuária de bovinos. De igual modo, esperam-se alterações na distribuição de algumas espécies, particularmente daquelas que estão associadas a sistemas agrícolas extensivos.

Reforço Populacional, Estruturação Urbana e Qualidade de Vida

Segundo os Censos 2011, o concelho de Alandroal apresenta 5 843 habitantes, apresentando um decréscimo populacional bastante mais acentuado que o verificado a nível sub-regional. Este decréscimo é extensível a todas as freguesias do concelho, e é acompanhado por uma tendência de envelhecimento da população.

A análise das taxas de crescimento dos últimos 5 anos revela a manutenção das taxas de crescimento natural e migratório simultaneamente negativas, pelo que a tendência de redução e envelhecimento da população tender-se-á a manter.

Atividades Económicas

O desemprego apresenta, à semelhança regional e nacional, uma tendência crescente, condicionada pela redução da atividade empresarial do concelho.

Esta redução verifica-se também ao nível das atividades agro-pecuárias, como representado no último Recenseamento Agrícola. Apesar da perda de importância da economia rural no concelho, a presença do Aproveitamento Hidroagrícola do Lucefécit e a participação da Associação de Regantes do Lucefécit permite perspetivar um crescimento da agricultura de regadio, que será sempre dependente do mercado e das condições meteorológicas.

A significativa participação do concelho nas Indicações Geográficas e Denominações de Origem Protegida poderá contribuir para o posicionamento estratégico do concelho numa perspetiva de desenvolvimento económico das fileiras de agro-indústria, mas também na perspetiva de valorização turística da gastronomia e vinhos.

A aposta no turismo regional, apoiada nas potencialidades do Alqueva e na valorização do património cultural, permite perspetivar um aumento da procura turística regional. Todavia, a reduzida oferta de alojamento turístico no concelho poderá comprometer a afirmação turística do concelho.

Património e Paisagem

O património classificado constitui uma parte muito reduzida e pouco expressiva de um amplo conjunto de sítios, imóveis ou conjuntos edificados de valia histórica e arquitetónica.

Diversos sítios arqueológicos encontram-se já destruídos atualmente ou sob fortes pressões naturais e antrópicas. Parte dos sítios arqueológicos inventariados concentra-se em áreas agrícolas objeto de infraestruturização e intensa mobilização de solos, nas quais a destruição de vestígios tem sido particularmente incidente.

Por outro lado, apenas uma percentagem reduzida dos sítios inventariados possui condições adequadas para serem visitáveis e integrarem roteiros/circuitos educativos e turísticos, pelo que é prioritária a investigação sobre os mesmos e a respetiva valorização e musealização, que aumentam os pontos de interesse a visitar. Também as Aldeias emergem enquanto espaços privilegiados de interação de valores, congregando património natural e edificado. Assinala-se a especificidade da arquitetura popular, rusticidade dos materiais e antiguidade das técnicas construtivas.

Recentemente, foi publicada a nova Carta Arqueológica, e a par da Revisão do Plano Diretor Municipal surge o projeto de classificação do Vale Sagrado do Luceférit, que enquadra também a elaboração dos planos de intervenção em espaço rural.

Riscos Naturais e Tecnológicos

O concelho dispõe de Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil, segundo o qual os cenários com maior probabilidade de ocorrência são os incêndios florestais. Foi também recentemente aprovado o Plano Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios - Alandroal, Estremoz, Redondo e Vila Viçosa, que procede à integração e revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Alandroal.

Relativamente ao risco de inundações, a parte baixa do núcleo urbano de Alandroal é o ponto mais sensível do concelho, mas de um modo geral no concelho de Alandroal não existem grandes probabilidades da ocorrência de cheias afetarem populações.



5. QUAIS OS EFEITOS DO PLANO E RECOMENDAÇÕES?

A análise efetuada ao nível dos temas fundamentais para a decisão evidencia que a Revisão do Plano Diretor Municipal conduzirá à proteção e racionalização na utilização dos recursos, ao mesmo tempo que enquadra o desenvolvimento de um conjunto de atividades, como exposto de seguida:

- **Conservação da Natureza** – a Revisão do Plano Diretor Municipal enquadra os objetivos de intensificação da atividade agrícola, alargamento das áreas de regadio e intensificação da pastorícia em áreas de montado, que é, todavia, acompanhado de uma gestão territorial que favoreça a proteção das áreas mais sensíveis. No âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal são classificados os Espaços Naturais e duas tipologias de Espaços de Uso Múltiplo Silvopastoril: Tipo I – Montado (floresta aberta) e Tipo II – Montado (denso), com regulamentação específica, considerando as orientações do Plano Setorial da Rede Natura 2000.
- **Reforço Populacional, Estruturação Urbana e Qualidade de Vida** – sendo o concelho caracterizado por uma reduzida densidade populacional e perda demográfica, procede-se, no âmbito da Revisão do Plano Diretor Municipal, a um conjunto de propostas que visam aumentar a atratividade do concelho para a instalação de população residente e de novas atividades económicas, seja através de: reavaliação das áreas urbanizáveis, tendo-se adaptado as novas propostas às dinâmicas e necessidades reais de cada aglomerado; classificação de espaços de equipamentos, que contribui para a viabilização de novos equipamentos propostos e para a expansão/requalificação dos existentes, elemento fundamental da qualidade de vida da população.
- **Atividades Económicas** - o modelo de ordenamento promove o aumento da produção agrícola, e em particular a expansão do regadio, propondo a classificação de toda a área abrangida pelo Aproveitamento Hidroagrícola do Lucéfécit como Espaços Agrícolas de Regadio. São ainda diferenciados os Espaços Agrícolas Preferenciais e os Outros Espaços de Produção, assim como os Espaços de Uso Múltiplo Agrícola e Florestal de tipo I e tipo II e os Espaços Florestais de Produção. Ao nível do Regulamento são definidos os usos e ocupações para cada subcategoria de espaço agrícola, atendendo os objetivos de rentabilidade económica mas também definindo uma maior ou menor permissividade em função dos valores. A Revisão do PDM vem contribuir também para o ordenamento industrial do concelho, através de: definição de critérios para a instalação de estabelecimentos industriais de primeira transformação de produtos agrícolas, pecuários ou florestais, restringindo as categorias de solo rural onde tal é possível de se realizar; delimitação de espaços industriais em solo rural e solo urbano. O potencial concelhio para a indústria extrativa é considerado em sede de revisão do PDM, através da delimitação na Planta de Ordenamento de Espaços Afetos à Exploração de Recursos Geológicos – áreas potenciais e áreas em recuperação. Por fim, é efetuada a regulamentação da atividade turística através da definição de parâmetros de edificabilidade para os empreendimentos turísticos Isolados em solo rural. Não são delimitados Espaços de Ocupação Turística, mas é prevista, em sede de Regulamento, a criação de Núcleos de Desenvolvimento Turístico, obrigando ao cumprimento de um conjunto de critérios e procedimentos. Entende-se, ainda assim, que a regulamentação da atividade turística constitui uma oportunidade para o desenvolvimento da mesma, promovendo a instalação de empreendimentos turísticos em áreas de maior apetência e menor impacto sobre os recursos naturais e paisagísticos.

- **Património e Paisagem** – a Revisão do Plano Diretor Municipal procede à integração dos sítios arqueológicos inventariados na nova Carta Arqueológica de Alandroal, propondo a sua classificação em função do valor e sensibilidade arqueológica, com regulamentação específica. A Revisão do Plano Diretor Municipal assume como linha central a classificação do Vale Sagrado do Luceférit, e enquadra o desenvolvimento de um conjunto de planos de intervenção em espaço rural que contribuirão para a valorização do património.
- **Riscos Naturais e Tecnológicos** - A identificação e cartografia dos riscos no concelho de Alandroal permite, através da elaboração da Planta de Riscos e respetiva memória, prevenir e/ou mitigar as perdas associadas a um conjunto de riscos naturais e tecnológicos. A redelimitação dos perímetros urbanos e de espaços urbanizáveis procurou excluir os espaços mais sensíveis à ocorrência desses riscos, designadamente de cheias e inundações, incêndios florestais, risco de erosão hídrica, instabilidade de vertentes, e procurando não conflitar com a rede de estradas nacionais.



6. COMO É MONITORIZADA A AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA?

A monitorização da Avaliação Ambiental Estratégica é consubstanciada por um conjunto de medidas de controlo, que têm por fim identificar e corrigir atempadamente efeitos negativos que possam ocorrer no período de implementação do Plano Diretor Municipal.

Estas medidas de controlo correspondem a indicadores do sistema de monitorização da implementação, organizados em função dos temas fundamentais para a decisão, tal como são apresentados no quadro seguinte.

Quadro 6.1 | Medidas de controlo relativas à Avaliação Ambiental Estratégica

FCD	Medidas de Controlo
	Indicadores
FCD 1 - Conservação da Natureza	Varição das áreas classificadas (ha e % do território)
	Varição da dimensão e extensão das manchas de distribuição das espécies de fauna
	Varição do n.º de espécies de fauna
	Varição da extensão das áreas de montado
FCD 2 - Reforço Populacional, Estruturação Urbana e Qualidade de Vida	Varição do efetivo populacional (n.º de habitantes e %)
	Varição do índice de envelhecimento
	Varição do n.º intervenções em equipamentos coletivos, por tipologia
	Varição do Poder de Compra <i>per capita</i>
FCD 3 - Atividades Económicas	Varição do número de empresas sedeadas e população ao serviço das mesmas no concelho (%)
	Varição da taxa de ocupação dos espaços industriais/parques industriais (%)
	Varição da área regada
	Varição da produção nos Aproveitamentos Hidroagrícolas (ton/tipologia)
	Varição do número de empreendimentos de Turismo no espaço rural
	Varição da taxa de ocupação dos estabelecimentos hoteleiros por tipologia no concelho de Alandroal (%)
FCD 4 - Património e Paisagem	Varição das ocorrências de património classificado e em vias de classificação
	Varição das ocorrências de património arqueológico, arquitetónico urbano e rural inventariado e património documentado
	Varição dos processos de valorização e promoção de valores culturais (monumentos, sítios e conjuntos) e zonas paisagísticas culturalmente relevantes
FCD 5 – Riscos Naturais e Tecnológicos	Incêndios Florestais: <ul style="list-style-type: none"> – Varição da área ardida – Varição do número de ocorrências de incêndios
	Incêndios Urbanos: <ul style="list-style-type: none"> – Varição do número de incêndios urbanos
	Cheias e/ou inundações: <ul style="list-style-type: none"> – Varição das ocorrências de cheias – Varição das áreas inundadas



7. QUAIS AS CONCLUSÕES FINAIS?

A avaliação ambiental efetuada revela que a proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal de Alandroal constitui globalmente uma oportunidade para o desenvolvimento e valorização município na medida em que contribui para a concretização de um vasto leque de objetivos constantes no Quadro de Referência Estratégico.

Em todos os temas fundamentais para a decisão foram identificadas as oportunidades criadas pelas propostas da revisão do Plano Diretor Municipal e estratégia que contribuem para a efetiva concretização das orientações do quadro regulamentar e estratégico nacional e regional, sendo que no que concerne aos riscos são identificadas situações que, se devidamente equacionadas, poderão ser minimizadas e mitigadas.

Neste sentido, foi proposto um conjunto de recomendações para seguimento e gestão e de recomendações para o Plano, sendo que a Proposta de Plano apresentada a Discussão Pública corresponde já a uma versão alterada e desenvolvida em função das recomendações da Avaliação Ambiental.